

## Artigo

### Sobre autoria(s), transitividades e engessamentos: um relato reflexivo de produção do livro terralegria, de Wagner Moreira e Mário Vinícius

Sobre autoría(s), transitividades y endurecimientos: un reporte reflexivo de producción del libro terralegria, de Wagner Moreira y Mário Vinícius

About authorship(s), transitivity and stiffnesses: a reflection on the production of the book terralegria, by Wagner Moreira and Mário Vinícius

**Mário Vinícius Ribeiro Gonçalves** 

<sup>1</sup>Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a noção de autoria no campo editorial, com especial enfoque nas oscilações entre uma concepção mais dilatada e flexível do fenômeno, e outra mais enrijecida – esta última amparada, inclusive, pela Lei. No percurso argumentativo proposto, serão abordadas, em um primeiro momento, as etapas de evolução, no Ocidente, da noção de autoria. Estabelecido esse panorama, será realizado um breve estudo de produção editorial recente, ilustrativa do caráter transitivo da autoria: o livro-objeto terralegria, de Wagner Moreira e Mário Vinícius (2020). Em seguida, ainda a partir da experiência editorial materializada no referido livro, a problemática da autoria, conforme vem sendo tratada no Brasil pelas instâncias que a regulam, será discutida. Nas considerações finais, ao se buscar antever questões que possam se colocar para o encaminhamento futuro desse debate, será ensaiada uma possível síntese da dialética entre as recentes práticas autorais, consideradas a partir do prisma editorial, e o que dizem, hoje, as leis que dispõem sobre o assunto.

**Palavras chaves:** Autoria; Edição; Livro-objeto; Direitos autorais

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la noción de autoría en el ámbito editorial, con especial atención a las oscilaciones entre una concepción más amplia y flexible del fenómeno, y una más rígida –esta última respaldada por la Ley. En el camino argumentativo propuesto se abordarán, en primer lugar, las etapas de evolución, en Occidente, de la noción de autoría. Una vez establecido este panorama, se realizará un breve estudio de una producción editorial reciente, ilustrando el carácter transitivo de la autoría: terralegria libro-objeto, de Wagner Moreira y Mário Vinícius (2020). Luego, aún a partir de la experiencia editorial materializada en el libro mencionado, se discutirá la cuestión de la autoría, tal como ha sido tratada en Brasil por los órganos que la regulan. En las consideraciones finales, al buscar prever cuestiones que puedan surgir para el rumbo futuro de este debate, se propone una posible síntesis de la dialéctica entre las prácticas autorales recientes, consideradas desde la perspectiva editorial, y lo que dicen las leyes que disponen sobre la materia.

**Palabras claves:** Autoría; Edición; Libro-objeto; Derechos de autor

## ABSTRACT

This work aims at reflecting on the notion of authorship in the publishing field, with a special focus on the oscillations between a more expanded and flexible conception of the authorial phenomenon, and a more rigid one – the latter of which is the one supported by the Law. In the first part of the discussion that will follow, we will address the stages of the development of the notion of authorship in the West. Having established this overview, we will carry out a brief study of a recent publication which is illustrative of the transitive aspect of authorship: the book-object terralegria, by Wagner Moreira and Mário Vinícius (2020). Afterwards, still based

on the editorial experience materialized in the aforementioned book, the issue of authorship, as it has been treated in Brazil by the institutions that regulate it, will be discussed. In the final considerations, while seeking to foresee questions that may arise regarding the future direction of this debate, we will seek to devise a possible synthesis of the dialectics between recent authorial practices, considered from the publishing perspective, and the standpoint of the laws that deal with the subject.

**Keywords:** Authorship; Publishing; Book-object; Copyright

## 1 INTRODUÇÃO

A noção de autoria no campo editorial tem sido objeto frequente de discussões, marcadas por uma tensão entre concepções tradicionais e renovadoras. Por um lado, temos uma visão mais rígida e formalizada, não raro, respaldada por leis e regulamentos; por outro, observa-se uma abordagem mais flexível e dilatada, impulsionada por práticas contemporâneas de criação e produção editorial. Este estudo busca, a partir de um caso específico, investigar como essas oscilações tem se manifestado e, sobretudo, quais implicações podem trazer para o campo editorial.

A motivação para este trabalho surgiu da constatação de que o livro-objeto *terralegria*, de Wagner Moreira e Mário Vinícius (2020), não pôde ser plenamente inscrito em um importante prêmio literário – uma das instâncias que regulam e legitimam a autoria – devido à sua natureza de coautoria e ao fato de um dos autores atuar em uma linguagem não verbal. Esse episódio despertou a necessidade de promover uma reflexão que possa contribuir para que essas mesmas instâncias de legitimação se tornem mais permeáveis quanto ao caráter transitivo da autoria – discussão que, de qualquer maneira, já vem se desenvolvendo há bastante tempo, não só no âmbito teórico, mas, também, a partir de implicações práticas.

Ao nos indagarmos sobre como o campo editorial tem reagido entre o que prescrevem as instâncias que regulam a autoria e a dilatação que essa noção vem sofrendo a partir de diversas práticas de criação e produção editorial, objetivamos esboçar um possível diagnóstico, ainda que parcial (dadas limitações de extensão destes apontamentos), propondo linhas de reflexão que possam auxiliar na orientação de ações concretas no e para o campo editorial.

Para tanto, traçaremos inicialmente um breve percurso histórico e teórico sobre a evolução da autoria no Ocidente. Baseando-nos em estudos de Melot (2012), Salgado (2020), Benjamin (1987, 2012), Foucault (2009) e Barthes (2004), exploraremos como diferentes entendimentos desse conceito se articularam ao longo do tempo, tanto no plano teórico, quanto em relação às práticas que ensejam e legitimam.

Com esse panorama estabelecido, direcionaremos nossa atenção, enfim, para o estudo de caso do livro-objeto *terralegria*. As especificidades dessa obra recente, as quais discutiremos em detalhe, são ilustrativas de muitos dos aspectos transitivos da autoria na produção editorial, e servirão de base para pensarmos sobre as limitações que, a esse respeito, são impostas por regulamentos rígidos – o que discutiremos a partir da maneira como, no Brasil, essas questões são tratadas pelas instâncias formais que regulam a autoria.

Nas considerações finais, apresentaremos um resumo de nossas reflexões, buscando sintetizar a dialética entre as práticas autorais emergentes e as disposições legais vigentes. Dessa forma, pretendemos antever possíveis desdobramentos para o futuro do debate sobre autoria no campo editorial, promovendo uma abertura maior para novas formas de criação e reconhecimento autoral.

## 2 ETAPAS DA AUTORIA NO OCIDENTE

Segundo Salgado (2020), cuja esquematização nos ajudará a estruturar a presente seção, dentro do que se convencionou chamar “mundo ocidental” – “cuja matriz é a Europa como Velho Mundo e que hoje inclui a hegemonia do *soft power* estadunidense instituída ao longo do século XX” (SALGADO, 2020, p. 40) –, a autoria sempre esteve fundamentada no tripé *autoridade-autenticidade-legitimidade*. Com isso em vista, antes de retomarmos o fio dos marcos para o desenvolvimento da noção de autoria elencados por Salgado (2020), julgamos pertinente apontar, como uma espécie de preâmbulo – sobretudo no que diz respeito ao campo do saber no qual o presente estudo se insere –, a própria introdução e subsequente afirmação, nos primeiros séculos da era cristã, do códice, isto é, do livro constituído da reunião de folhas dobradas e costuradas de modo a formar cadernos. Com efeito, Melot (2012) afirma que a própria materialidade do códice, fundamentada na dobra, é determinante para conferir unidade formal ao livro, já que o permite fechar-se sobre seu próprio espaço, independentemente das contradições e incoerências que possam estar presentes em seu conteúdo. Segundo o ensaísta, esse fator, conseqüentemente, teria implicações profundas na consolidação autoria individual:

[...] Foi, de fato, a materialidade do códice, a dobra, a encadernação, que impôs esta ideia de unidade intelectual de onde o autor se projeta. Uma vez reconhecida esta unidade material do códice, consagrada a unidade intelectual de seu conteúdo, o autor se lançou, beneficiando-se do poder transcendente que lhe oferecia a forma do livro (MELOT, 2012, p. 116).

Estabelecido esse primeiro ponto de ancoragem, acompanhem os momentos-chave para o desenvolvimento da ideia de autoria, segundo encadeados por Salgado (2020). A autora situa, nos séculos XII e XIII, com a organização de universidades, uma intensificação da demanda por textos cuja referência pudesse ser atestada, bem como por cópias de qualidade desses textos. Mais tarde, nos séculos XVI a XVIII, no contexto iluminista da República Mundial das Letras, cujo epicentro era Paris, uma crescente urbanidade, associada ao desenvolvimento de “práticas instituintes de um certo campo literário, no qual o autor deve responder pelo que escreve” (SALGADO, 2020, p. 41), impulsionaram o processo de consolidação dos direitos autorais. Já no século XIX, com o advento da Revolução Industrial, irrompe o capitalismo editorial, no qual, com a crescente segmentação das cadeias produtivas, o editor assume papel de destaque enquanto orquestrador, tanto material quanto simbólico, de uma linha de produção altamente complexa. Esse fenômeno, por um lado, fomenta a promoção, por parte do mercado editorial, de lucrativos cânones de autores. Como outro lado dessa mesma moeda, as reverberações da ideologia romântica intensificam o culto da individualidade do autor-gênio, isolado em uma torre de marfim e afastado do “rumor mundano do mercado de textos” (SALGADO, 2020 p. 41).

Adentrando no século XX, assistimos ao surgimento de importantes correntes teóricas que buscam repensar e recolocar em perspectiva a noção de autoria. Walter Benjamin a problematizou, a partir de ângulos distintos, porém complementares, em mais de uma ocasião, como na conferência “O autor como produtor” (1987 [1934]) e no ensaio “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” (2012 [1935]). Neste último, Benjamin argumenta que a reprodutibilidade técnica de imagens enfraquece as noções de autenticidade e autoridade, uma vez que descarta o caráter de testemunho histórico resultante da permanência fixa da obra no decorrer do tempo – isto é, a possibilidade de se traçar

a presença “aqui e agora” do criador de determinado objeto no momento em que o produz, por mais longínquo que esse momento esteja. Com efeito, a aura da obra de arte é aquilo que se perde nessas circunstâncias (BENJAMIN, 2012). Vale ressaltar que, se Benjamin (2012) discute o conceito de aura em relação à pintura e ao cinema, a mudança de paradigma ocasionada pela reprodutibilidade técnica de imagens em escala industrial, tal como testemunhada pelo ensaísta, contribuiria para ofuscar, junto com a aura, a primazia da autoria, o que terá repercussões também na literatura e poesia – artes que, por meio do advento da tipografia no século XV, no Ocidente, já haviam se inserido há mais tempo em um contexto, ainda que distinto, de reprodutibilidade técnica.

Já na mencionada conferência, Benjamin (1987) expressa sua admiração por Bertolt Brecht e sua proposta de teatro épico, modelo da nova atitude que, no entender de Benjamin, a época havia passado a exigir dos autores: não mais conclamados para criar obras-primas ou fabricar produtos exclusivos, mas para *organizar funcionalmente* suas obras de modo que o público se torne colaborador ativo na produção de sentido delas, resultante da síntese desse processo dialético, que Brecht chamaria de “refuncionalização” (BENJAMIN, 1987).

Nas décadas que se seguiram à conferência benjaminiana a questão da autoria seria continuamente revisitada por pensadores distintos que, com frequência, enfatizariam a necessidade de relativizá-la. Michel Foucault situou socialmente o que denominava de “função-autor”, ou seja, a associação entre uma obra e uma individualidade criadora. Para ele, essa vinculação faz parte de um processo histórico – que, como mencionado, nos séculos XVIII e XIX culminou na consolidação dos direitos autorais – cujo objetivo, ao conferir a um indivíduo propriedade sobre determinado discurso, era autorizar sua punição por parte de instituições competentes, no caso desse discurso ser julgado transgressivo (FOUCAULT, 2009).

Roland Barthes, por sua vez, acrescenta outras considerações ao debate: a seu ver, nenhum texto é unívoco, constituindo-se, na verdade, em um “tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura” (2004, p. 62). Para Barthes, a própria busca – essencialmente vã – por univocidade trai, em si, inclinações místicas, já que denota uma concepção teológica de “Autor-Deus”. Por fim, Barthes (2004, p. 64), levando em conta a multiplicidade de escrituras de que é feito um texto, *refuncionaliza* a relação autor-texto-leitor ao admitir que “há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: [...] a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino”.

Esta sumarização da evolução da ideia de autoria no Ocidente, dadas as limitações de extensão destes apontamentos, não é e nem poderia ser exaustiva. Entretanto, cabe ressaltar que a abertura de perspectivas quanto à noção de autor e autoria, operada a partir do século XX, em diferentes medidas e de forma mais ou menos explícita, continuará a permeiar esse debate até a atualidade, manifestando-se em movimentos como, por exemplo, as licenças Creative Commons – que oferecem lógica muito mais aberta do que a rigidez do Copyright –, comunidades wiki, a cultura remix, o rap e a poesia slam (SALGADO, 2020).

### **3 AUTORIA: ENTRE TRANSITIVIDADE E REGULAÇÃO**

#### **3.1 A edição e a transitividade de autorias**

O panorama que acabamos de apresentar nos permitirá, agora, dar prosseguimento à discussão sobre o caráter transitivo da autoria no campo da edição. Para tanto, menciona-

remos, de início, aspectos gerais do processo editorial que são ilustrativos a esse respeito, para, em seguida, determo-nos sobre um caso específico.

Salgado (2020, p. 43), de fato, considera o ponto de vista editorial como exemplar para o entendimento da autoria como transitiva, “isto é, exigente de complemento que lhe dê sentido, sendo esse complemento o que demanda administração”. A pesquisadora tem se debruçado sobre essa questão (cf. por exemplo SALGADO, 2021, 2020; 2017), dando atenção, em muitos desses trabalhos, à revisão de textos e ao estatuto do revisor enquanto coescriba, ou seja, uma espécie de duplo do autor que evidencia deste último – ao colocá-lo na posição de leitor do seu próprio texto – a sua própria alteridade em relação a si mesmo. Para Salgado (2017), esse deslocamento, de fato, tem implicações cruciais no processo de textualização. Vale a pena transcrever a passagem seguinte, na qual a autora, ao também mencionar outros agentes editoriais – inclusive aqueles diretamente envolvidos na apresentação gráfica de uma publicação, os quais, como veremos, têm especial importância para o presente debate –, dá a deixa para a continuidade de nossa argumentação:

Num processo editorial, os escritores são chamados a ler o que um outro diz ter lido em seu texto. Esse outro, leitor profissional, é também escriba, posto que lê para escrever o que foi escrito, escreve coisas que devem servir para que o autor possa ser um proficiente leitor de seu próprio texto. E esse trabalho se processa porque há editores dispostos a publicar os textos de um autor, que se ocupam de coordenar coletivos que dão tratamento editorial aos textos autorais. Entram aí também as intervenções dos diagramadores, dos capistas, dos ilustradores, dos tradutores, dos cartógrafos, dos iconógrafos, dos bibliotecários, dos resenhistas, de todos os atores que, afinal, transformam os originais do autor em objeto de valor autoral (SALGADO, 2017, p. 125).

### 3.2 Um breve estudo de caso: *terralegria*

Acreditamos que o livro *terralegria*, de Wagner Moreira e Mário Vinícius (2020), pode ajudar a pensar muitas das questões até aqui apontadas. Publicado pela editora belo-horizontina Impressões de Minas, parte importante das etapas de seu processo editorial ficou a cargo da equipe interna da casa editorial: Elza Silveira realizou a revisão, Wallison Gontijo coordenou a produção gráfica, Marina Dias cuidou da pré-impressão e impressão, e Camila Gonçalves executou o acabamento. Para ampliar a contextualização, convém, igualmente, apresentar os autores do livro, bem como fornecer uma breve descrição desse objeto editorial e dos processos que nele resultaram para, em seguida, retomarmos nossa exposição.

Wagner Moreira nasceu em Belo Horizonte e é poeta, professor, pesquisador, ensaísta e editor. Dentre outros livros de poesia, publicou *Eu não sou Vincent Willem Van Gogh* (edição do autor, 1998) e *Rumor de pétala* (Alma de Gato, 2017). Trabalha no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), lecionando no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens e na graduação em Letras: Tecnologias de Edição. Suas pesquisas e ensaios são focados na poesia e na literatura contemporâneas de língua portuguesa. Além disso, Wagner – junto com Welbert Belfort, Mário Alex Rosa e Rogério Barbosa da Silva – é um dos editores da Scriptum, casa editorial belo-horizontina que, desde 2004, se dedica a publicar obras de literatura, poesia e psicanálise.

Mário Vinícius, também de Belo Horizonte, é designer tipográfico, pesquisador e professor. Doutor em Estudos de Linguagens pelo Cefet-MG, onde atua no Departamento de Linguagem e Tecnologia, ele leciona em cursos técnicos e na graduação em Letras: Tecnologias de Edição. Seu mestrado em Design Gráfico Multimídia foi concluído na École

Supérieure d'Art des Pyrénées (ESAP-Pau, França, 2013) e sua especialização em Tipografia foi realizada na École Supérieure d'Art de Nancy (ENSA) / Atelier National de Recherche Typographique (ANRT), com pesquisas sobre as interseções entre modernismo, modernidade e tipografia no Brasil – temas que também abordou em sua tese de doutoramento. Além de sua atuação como docente e pesquisador, Mário trabalha como designer autônomo, com foco em projetos editoriais e design de tipos.

Já tendo escrito o poema verbal, Wagner Moreira entrou em contato com Mário Vinícius para que este cuidasse do projeto tipográfico, visual e material do livro. Desde as primeiras reuniões, Moreira explicitou sua vontade de que o desafio não fosse tomado como um projeto gráfico em sentido tradicional, expressando grande abertura para intervenções ativas sobre seu texto, alçando a contribuição de seu colega a um nível coautorial pleno (GONÇALVES, 2023).

*Figura 1 – Capa de terralegria. Os diferentes cantos que compõem o poema são apresentados em lâminas, as quais são acondicionadas nesse envelope*



Fonte: <https://mariovinicius.com/portfolio-item/terralegria/>

Figura 2 – Envelope aberto, revelando as lâminas do livro *terralegria*



Fonte: <https://mariovinicius.com/portfolio-item/terralegria/>

O poema é uma celebração polifônica, em versos livres, tanto do ser amado, quanto da cidade de Belo Horizonte – não por acaso, ambos se fundem com frequência no texto, como ilustra o excerto a seguir:

fizemos uma margem na alegria  
com planos fecundos suaves  
da desordem aberta pública  
cena amorosa a encarnar breu  
luz incandescente afinada  
em canto que produz do fragmento  
um corpo belo duplo amado  
sadio arranjo feito momento em êxtase  
belo caminhar juntos  
para o horizonte contentamento  
(MOREIRA; VINÍCIUS, 2020, não paginado).

Ao levar essas características em consideração, Mário Vinícius, no projeto gráfico de *terralegria*, anunciou o discurso amoroso a partir de diferentes vozes, que receberam um tratamento diferenciado em relação à diagramação. Isso se reflete tanto no alinhamento dos versos, quanto no uso e alternância dos tipos gráficos – pertencentes à família tipográfica Paideuma, criada por Vinícius – e no sistema de codificação semiótico-estatística desenvolvido para, paralelamente, representar os cantos de maneira não verbal (GONÇALVES, 2023).

Figura 3 – Lâmina de canto do livro *terralegria*, com amostra de versos de Wagner Moreira e do sistema gráfico criado por Mário Vinícius para representar o texto de forma não verbal



Fonte: <https://mariovinicius.com/portfolio-item/terralegria/>

Além da composição tipográfica particular, *terralegria* também é materialmente distinto. O livro não é encadernado, e cada um de seus 13 cantos é apresentado individualmente em lâminas dobradas – feitas manualmente na gráfica da Editora Impressões de Minas –, sendo que o número de dobras varia em função da extensão de cada canto. O conjunto é armazenado em um envelope, no qual o título, em relevo, a partir de diferentes permutações alfabéticas e tipográficas, encena uma possível pista para se decifrar parte da codificação tipográfica e semiótica presentes no livro. Por todos esses motivos musicais, visuais e tridimensionais, Vinícius não designou sua atuação no livro como “projeto gráfico” – e nem as imagens criadas como ilustrações, o que, de um ponto de vista mais tradicional de representação figurativa subserviente ao texto, não são –, mas sim como “regência topo/ tipo/gráfica” (MOREIRA; VINÍCIUS, 2020, não paginado; GONÇALVES, 2023).

*Figura 4 – Lâmina de canto do livro *terralegria*, com destaque à sua tridimensionalidade e à presença tanto do poema verbal de Wagner Moreira, quanto do sistema gráfico não-verbal de Mário Vinícius*



Fonte: <https://mariovinicius.com/portfolio-item/terralegria/>

### **3.3 O que dizem as instâncias de regulação e legitimação**

Apesar da problemática acerca do conceito de autor, tornada especialmente evidente a partir do século XX, conforme discutido, a legislação tem se mostrado pouco flexível quanto à sua definição de autoria. No Brasil, a Lei de Direito Autoral (nº 9610/98) reconhece como autor “a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”, protegendo assim suas “criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...]”.

Por outro lado, um importante contraponto a essa perspectiva enrijecida foi a promulgação da Lei nº 10.753, de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, regulando as práticas do mercado editorial e estabelecendo bases para políticas de Estado referentes ao livro e à leitura:

Essa Lei menciona ineditamente a *cadeia criativa do livro*, além de contemplar a cadeia produtiva (que reúne editores, livreiros, distribuidores, gráficas e fabricantes de papel) e os mediadores de leitura (que são os escritores e outros profissionais do livro, educadores, bibliotecários e ongs), e também definir atribuições do Poder Público (os governos federal e estadual, as prefeituras e o Sistema S). Com isso, parece promover um deslocamento interessante dos programas de fomento à leitura havidos até então: põe em relevo a criação e a produção dos livros e não apenas as estratégias de distribuição e circulação, como há muito se fazia; os incentivos à leitura aparecem, então, diretamente ligados a como as publicações são criadas, planejadas, feitas e distribuídas (SALGADO, 2017, p. 15).

Apesar desse avanço, é perceptível como o enraizamento de certas concepções não se desfaz com facilidade, inclusive institucionalmente. Retomando o *terralegria*, conforme relatado por seus autores em conversa pessoal, quando seus editores tentaram inscrevê-lo em determinado prêmio literário – também um tipo de dispositivo diretamente envolvido nos rumos dessa discussão – de prestígio, perceberam que não era possível, a começar pelo próprio formulário de inscrição, designar seus dois autores<sup>1</sup>. O pressuposto é duplo, e mutuamente complementar: não se previa que uma criação literária, nem em casos explicitados como o *terralegria*, pudesse ter mais de um autor, e muito menos que um desses autores operasse em semioses não verbais – embora um dos tensionamentos explorados no livro se dê justamente na fronteira entre o verbal e não verbal.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo que pudemos expor, constatamos que, como ocorre em outros âmbitos, nem sempre o que é formalizado por diferentes instâncias de legitimação, ainda que estas tangenciem o mesmo objeto – como, no exemplo discutido, a Lei que institui a Política Nacional do Livro (nº 10.753/03), no âmbito público, e o critério adotado pelo prêmio literário mencionado, no privado –, caminha necessariamente de mãos dadas. Por vezes, até em um mesmo setor, verificamos vetores conflitantes, como a pouco maleável Lei de Direito Autoral (nº 9610/98) em comparação à Lei que institui a Política Nacional do Livro.

Pensamos, no entanto, que a edição, pela sua própria natureza eminentemente colaborativa – da qual esperamos ter podido dar testemunho tanto na argumentação geral que tecemos, quanto no exemplo específico que discutimos –, pode e deve ser um terreno fértil para que novas raízes, e mais ramificadas, possam vingar e florescer:

[...] conduzir a história da cultura escrita, dando-lhe como pedra angular a história das representações, é ligar o poder dos textos escritos que as dão a ler, ou a ouvir, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que elas impõem e são as matrizes das classificações e dos julgamentos (CHARTIER, 2010, p. 26).

Essa perspectiva nos leva a considerar o livro não apenas como um objeto físico ou uma obra autoral, mas como um produto cultural complexo que canaliza representações sociais. As relações entre autor, obra, editor(a) e público são moldadas tanto pela indústria livreira quanto pelas práticas editoriais marginais e pelas ideologias dominantes, refletindo características de segmentos da sociedade.

Ademais, ao enfatizarmos o caráter transitivo da autoria na produção editorial contemporânea, reforçamos a necessidade de um debate contínuo e ampliado sobre as normas que regulam a autoria. Este debate deve reconhecer e valorizar a multiplicidade de práticas autorais e a colaboração inerente ao processo editorial, para que, assim, possamos avançar para um cenário em que as instâncias de legitimação sejam mais inclusivas e abertas às diversas formas de expressão e criação.

É preciso, portanto, como salientado por Chartier (2010, p. 26), que nos esforcemos para superar o automatismo com que lidamos com as categorias – sejam aquelas costumeiramente postas em relevo, como a de autor, sejam as menos visibilizadas, geralmente percebidas (quando o são) como pertencentes a “bastidores”, como é o caso de muitos dos

<sup>1</sup>Em respeito à privacidade das organizações e indivíduos envolvidos, optamos por não revelar o nome do referido prêmio literário.

agentes do campo editorial –, pois esse movimento nunca é inocente. A prática editorial, e o pensamento que a move e por ela é movido, só tem a ganhar com essa superação – e, arriscamos dizer, outros domínios sociais e afetivos da nossa vida, também.

## REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter *et al.* **Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 11-42.

BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 120-136.

BRASIL. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9610.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.753.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CHARTIER, Roger. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

GONÇALVES, Mário Vinícius Ribeiro. w[a]gn[e]r [moreira]: poeta da edição e editor de poesia. **Revista da Academia Mineira de Letras**, Belo Horizonte, v. 102, n. 83, p. 128-139, 2023.

MELOT, Michel. **Livro**,. Cotia: SP: Ateliê Editorial, 2012.

MOREIRA, Wagner; VINÍCIUS, Mário. **terralegria**. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2020.

SALGADO, Luciana Salazar. A revisão de textos nos ritos genéticos editoriais. **Gutenberg – Revista de Produção Editorial**, Santa Maria, RS, Brasil, v. 1, n. 1, p. 117-149, jan./jun., 2021.

SALGADO, Luciana Salazar. Autoria. In: RIBEIRO; Ana Elisa; CABRAL, Cleber Araújo. **Tarefas da edição: pequena mediapédia**. Belo Horizonte: LED; Impressões de Minas, 2020. p.40-44.

SALGADO, Luciana Salazar. **Quem mexeu no meu texto?:** Questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual. Divinópolis: Artigo A, 2017.

TERRALEGRIA. In: MÁRIO VINÍCIUS – Designer tipo/gráfico. Disponível em: <<https://mariovinicius.com/portfolio-item/terralegria/>>. Acesso em: 7 jul. 2024.

## **CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES**

### **1 - MÁRIO VINÍCIUS RIBEIRO GONÇALVES**

Doutorado em Estudos de Linguagens, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil

<https://orcid.org/0009-0001-5768-9131> – [mariovinicius20@gmail.com](mailto:mariovinicius20@gmail.com)

Contribuição: Autor